

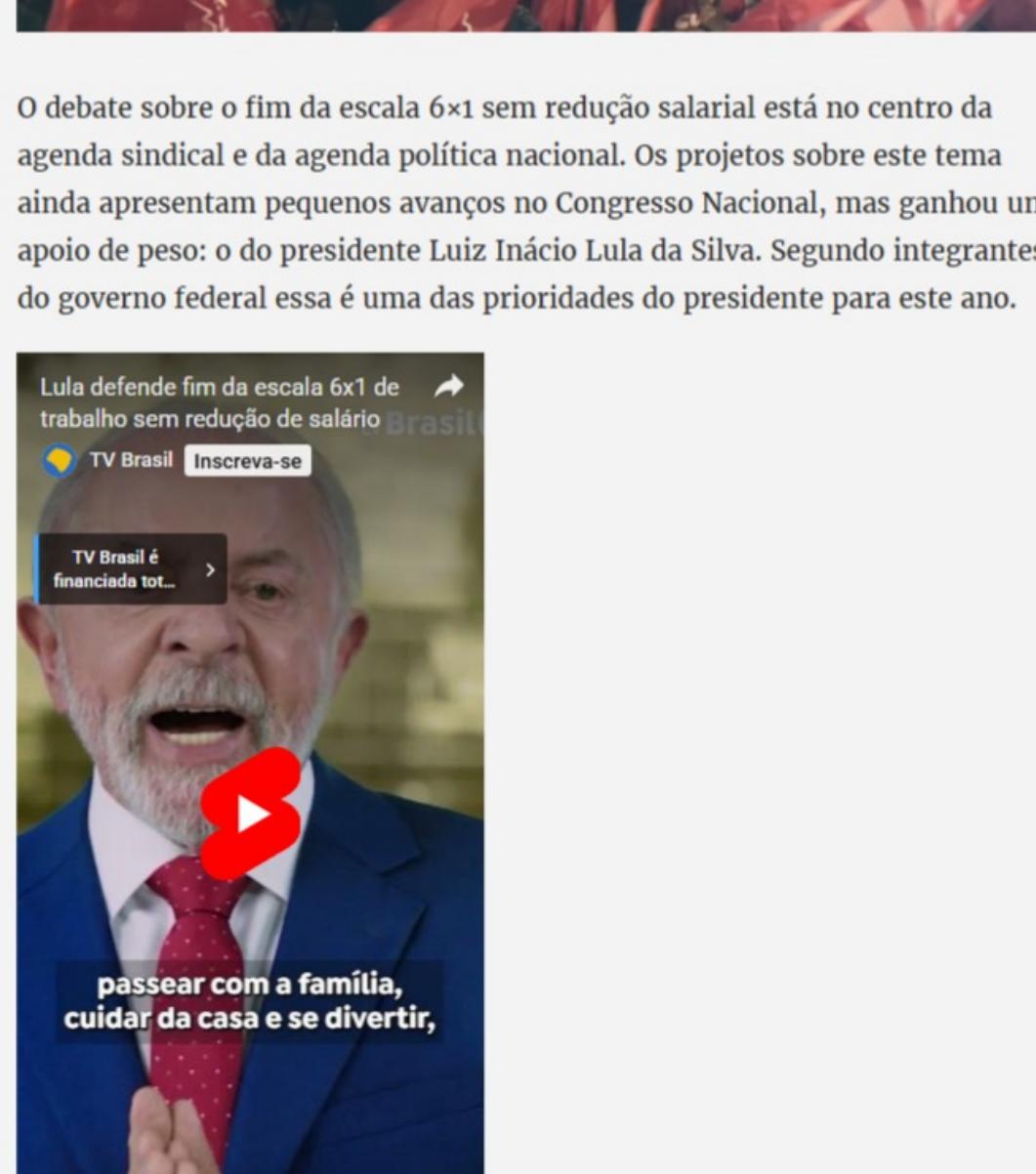
Fim da escala 6x1 pode gerar 4,5 mi de empregos e impulsionar a economia do país

Presidente Lula colocou como uma das prioridades de seu governo, neste ano, a aprovação do fim da escala 6x1

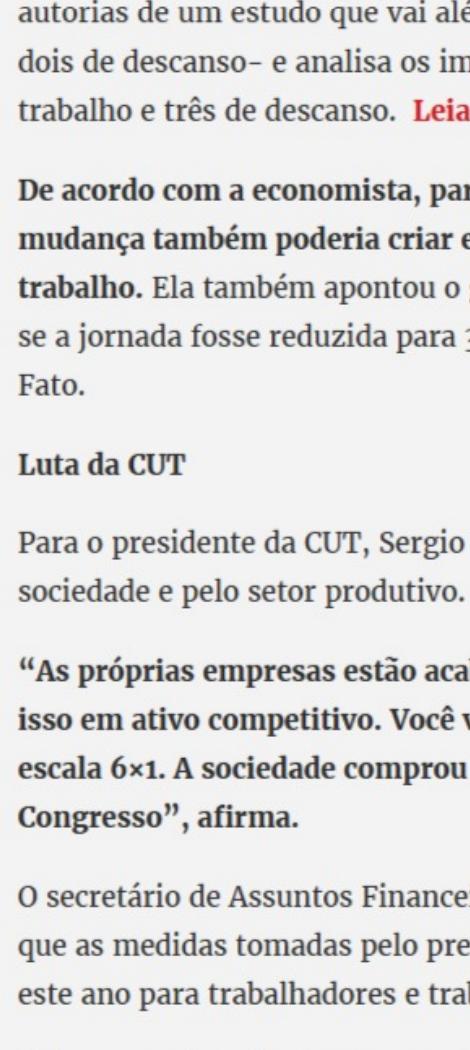
Publicado: 14 Janeiro, 2026 - 14h56

Escrito por: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO) / ARQUIVO



O debate sobre o fim da escala 6x1 sem redução salarial está no centro da agenda sindical e da agenda política nacional. Os projetos sobre este tema ainda apresentam pequenos avanços no Congresso Nacional, mas ganhou um apoio de peso: o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo integrantes do governo federal essa é uma das prioridades do presidente para este ano.



Apesar do apoio presidencial e defendida pela CUT e as demais centrais sindicais, a proposta é criticada por setores do empresariado que enxergam nela a possibilidade de perda de lucros por ter de contratar mais funcionários. Mas, ao contrário do argumento de que menos horas de trabalho levariam à estagnação econômica, pesquisas indicam o efeito inverso. A redução da jornada e a reorganização das escalas podem ampliar a produtividade, estimular o consumo e criar milhões de novos postos de trabalho.

É o que aponta a economista e pesquisadora Marilane Teixeira, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que é uma das autorias de um estudo que vai além da escala 5x2 – cinco dias de trabalho e dois de descanso – e analisa os impactos do regime 4x3 — quatro dias de trabalho e três de descanso. [Leia o estudo aqui.](#)

De acordo com a economista, para setores como comércio e serviços, a mudança também poderia criar entre 4 e 4,5 milhões de novos postos de trabalho. Ela também apontou o ganho de produtividade em torno de 4,5%, se a jornada fosse reduzida para 36 horas, em entrevista à Rádio Brasil de Fato.

Luta da CUT

Para o presidente da CUT, Sergio Nobre, o tema já foi assimilado pela sociedade e pelo setor produtivo.

“As próprias empresas estão acabando com a escala 6x1 e transformando isso em ativo competitivo. Você vem trabalhar aqui porque aqui não tem escala 6x1. A sociedade comprou essa ideia. O que falta agora é pressão no Congresso”, afirma.

O secretário de Assuntos Financeiros da CUT, Ariovaldo de Camargo, reforça que as medidas tomadas pelo presidente Lula dão uma já perspectiva melhor este ano para trabalhadores e trabalhadoras.

“Tivemos a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, conquistada com apoio da CUT, e seguimos lutando pelo fim da escala 6x1. Precisamos avançar na redução da jornada para, no máximo, 40 horas semanais, garantindo mais tempo para a família, para o lazer e para a vida”, destaca.

Camargo lembra que a mobilização continuará, com novas manifestações, na Marcha a Brasília, como a que ocorreu no ano passado.

“Desde o plebiscito do ano passado e da Marcha da Classe Trabalhadora, essa pauta está no radar e seguirá sendo prioridade permanente da CUT”, afirma.

Leia mais [Marcha a Brasília leva pauta da CUT e demais centrais pelo fim da escala 6 x 1](#)

Projetos em tramitação no Congresso

Atualmente, existem propostas em andamento tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

No Senado

A PEC 148/2025, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda votação no plenário. O texto prevê:

- Redução imediata da jornada de 44 para 40 horas semanais após a promulgação;
- Redução gradual de uma hora por ano até chegar a 36 horas;
- Limite de cinco dias de trabalho por semana, com dois dias de descanso;
- Manutenção integral dos salários.

Para avançar, a PEC precisa ser aprovada em dois turnos no plenário do Senado, com pelo menos 48 votos, antes de seguir para a Câmara.

Na Câmara dos Deputados

Tramitam três propostas principais:

- PEC 8/2025, da deputada Érika Hilton (Psol-SP), que propõe jornada de 36 horas, quatro dias de trabalho e o fim da escala 6x1;
- PEC 221/2019, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que reduz a jornada para 36 horas ao longo de 10 anos;
- PL 67/2025, da deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), que reduz gradualmente a jornada para 40 horas até 2028.

As PECs precisam passar pela CCJ e pelo plenário da Câmara, com 308 votos favoráveis, em dois turnos. Já o projeto de lei pode ser aprovado conclusivamente nas comissões, se não houver recurso ao plenário.

Disputa política e pressão social

Apesar do apoio do governo Lula e de 71% da população brasileira, segundo pesquisas, a maioria dos deputados — especialmente da oposição — ainda se posiciona contra o fim da escala 6x1. Para especialistas e sindicalistas, o principal obstáculo não é econômico, mas político.

Enquanto o impasse continua no Congresso, cresce a pressão social por uma mudança que promete não apenas reorganizar o tempo de trabalho, mas redefinir a relação entre produção, bem-estar e desenvolvimento no Brasil.

Leia mais: [Saiba o que é preciso para a redução de jornada e o fim da 6x1 passarem a valer](#)